Coda, J.; Ditt, E.H.; Uezu, A. Avaliação do Projeto de Turismo com Base Comunitária do IPÊ, no Baixo Rio Negro (AM). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.4, n.3, 2011, pp.417-440.

Avaliação do Projeto de Turismo com Base Comunitária do IPÊ, no Baixo Rio Negro (AM)

Julia Coda, Eduardo Humberto Ditt, Alexandre Uezu

RESUMO

Este trabalho constituiu em uma avaliação do Projeto de Turismo com Base Comunitária, do IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas, na região do Baixo Rio Negro (AM). O objetivo desta avaliação foi verificar a efetividade do projeto na integração entre três grupos de atores sociais (*trade* turístico – empresas que trabalham com turismo, gestores de Unidades de Conservação e comunidades locais) influenciados pelo projeto. Foram utilizadas ferramentas de Diagnóstico Rápido Participativo para a coleta de dados. Como principais resultados constatou-se: existe diálogo entre *trade* e gestores, mesmo que ainda conflituoso; algumas comunidades estão organizadas ou se organizando para trabalhar com turismo; o *trade* participou da definição das áreas que serão destinadas ao uso público, indicando os pontos de visitação dentro do Parque Nacional de Anavilhanas. Esta avaliação pode ser considerada como uma linha de base para o Projeto de Turismo e a atuação do IPÊ na região do Baixo Rio Negro.

PALAVRAS-CHAVE: Atores Sociais; Ferramentas Participativas; Turismo com Base Comunitária.

Evaluation of Community Based Turism Project conducted by IPÊ, in the Lower Rio Negro (AM, Brazil)

ABSTRACT

The current study consisted of an evaluation of the Community-Based Tourism Project, conducted by IPÊ – Institute for Ecological Research, in the Lower Rio Negro region. The objective of this evaluation was to assess the effectiveness of the project in the integration among the three groups of stakeholders affected by the project (managers of local tourism companies, managers of protected areas and local communities). Rapid Participatory Diagnosis tools were used for collecting data. The guide proved to be effective and the evaluation pointed successes and problems to be worked onset within the project. Results indicated that: there is an is a dialogue between managers of tourism companies and managers of protected areas, even though it is still conflicting; some communities are organized or getting organized to work with tourism; tourism company managers have participated in the definition of public use areas for Anavilhanas National Park. This evaluation can be considered as a baseline for the Tourism Project and the work of IPE in the Lower Rio Negro.

KEYWORDS: Stakeholders; Participatory Tools; Community Based Tourism.

Introdução

O Estado do Amazonas, por suas características naturais e socioculturais, é considerado como um dos principais destinos ecoturísticos brasileiros (FARIA, 2005). Para visitar a região, os turistas utilizam Manaus como porta de entrada. Além de estar próximo e poder usufruir da estrutura de Manaus, a região do Baixo Rio Negro tem características que favorecem atividades ecoturísticas, tais como: i) a água escura do rio desfavorece a proliferação de mosquitos; ii) durante a estação seca as margens do Rio Negro oferecem praias de areia branca; e iii) a região apresenta um bom estado de conservação ambiental (BADIALLI, 2003).

A presença das Unidades de Conservação (UCs) foi um dos fatores impulsionadores para o turismo de natureza. Atualmente, a região do Baixo Rio Negro é ocupada por um mosaico de UCs, o que diminui o avanço do desmatamento, impedindo assim, o desenvolvimento de atividades econômicas agroindustriais. O turismo de natureza passou a ser uma boa alternativa que combina a possibilidade de produção de riqueza com a preservação da natureza (JOSÉ EDUARDO LOZANO BADIALLI, 2009, comunicação pessoal).

No entanto, o turismo na região vinha ocorrendo de forma desordenada, já que as UCs não possuíam um zoneamento delimitando as áreas de uso, e as empresas não respeitavam os limites territoriais das UCs. Além disso, como a gestão do turismo não estava ocorrendo, as comunidades não tinham qualquer participação no processo do turismo (WALLACE; PIERCE, 1996). Essa situação está mudando aos poucos, com a criação de parcerias de órgãos gestores das áreas de conservação e Organizações Não Governamentais (ONGs) que atuam na região para a elaboração de planos de manejo ou projetos comuns.

Dentro dessa problemática, o IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas, vem trabalhando na Região do Baixo Rio Negro desde 2000, realizando projetos que visam a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade socioambiental do mosaico de unidades de conservação situado nessa região (IPÊ, 2008). O Projeto de Turismo com Base Comunitária vem sendo desenvolvido desde o início das atividades do IPÊ na região. A ideia desse projeto surgiu da percepção dos pesquisadores do Instituto de uma necessidade de minimizar os conflitos de interesse entre os atores sociais envolvidos com atividades turísticas na região. As ações do projeto, inicialmente, foram direcionadas na tentativa de articular uma negociação entre os atores sociais para diminuir as divergências quanto ao uso das áreas de conservação.

Projetos socioambientais como esse devem ser constantemente avaliados para melhorarem seus processos de tomada de decisão e ajustarem as linhas de intervenção (BRASIL, 2004). A avaliação é a análise sistemática e objetiva do planejamento, implementação e/ou resultados de um projeto, a fim de determinar a pertinência dos objetivos, assim como a eficiência, eficácia, impacto e sustentabilidade para o desenvolvimento do projeto (OECD, 2002). A avaliação também permite adquirir informações sobre a evolução de um projeto, e dar

direcionamentos para alcançar resultados esperados (ROSSI *et al.*, 2004).

O processo de avaliação pode utilizar métodos de pesquisa das ciências sociais para investigar sistematicamente a efetividade de um projeto (ROSSI *et al.*, 2004). As ferramentas de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) podem ser utilizadas de forma efetiva na tomada de decisões pelos atores envolvidos em projetos socioambientais (MARGOLUIS; SALAFSKY, 1998), já que essas ferramentas se propõem a captar e representar a complexidade da realidade da área onde será aplicado o projeto (FARIA; FERREIRA NETO, 2006). As ferramentas de DRP foram delineadas para encorajar o envolvimento máximo dos participantes durante a coleta de dados (MARGOLUIS; SALAFSKY, 1998). Desta forma, essas ferramentas conseguem minimizar uma das dificuldades referentes à avaliação: levar em consideração as percepções e interpretações pessoais dos atores sociais sobre suas relações e seus conflitos (GOMES, no prelo). Rossi *et al.* (2004) afirmam que a preocupação contemporânea sobre a alocação de recursos escassos, principalmente financeiros, torna a avaliação das intervenções socioambientais mais essencial do que nunca.

Assim, o objetivo deste trabalho foi avaliar o relacionamento entre os diferentes atores sociais envolvidos no Projeto de Turismo com Base Comunitária do IPÊ. Este trabalho surgiu a partir de uma demanda dos executores do Projeto. Essa pesquisa pode ser considerada como uma linha de base, ou seja, como uma fotografia da realidade atual para direcionar os próximos passos que o Instituto de Pesquisas Ecológicas realizará na região do Baixo Rio Negro.

Materiais e Métodos

Caracterização do Projeto de Turismo com Base Comunitária

O projeto de Turismo com Base Comunitária tem como objetivos ordenar o turismo no mosaico de UCs do Baixo Rio Negro (Figura 1), e contribuir para a conservação ambiental da região, por meio do ecoturismo como uma das alternativas de desenvolvimento socioeconômico e da geração de informação e capacitação aos atores sociais relacionados (IPÊ, 2008). Logo no início de sua atuação na região, os pesquisadores do IPÊ perceberam a importância de Manaus no turismo da região amazônica. Apesar de a capital amazonense possuir infraestrutura com potencial turístico, infelizmente o turismo ocorreu de forma desordenada (JOSÉ EDUARDO LOZANO BADIALLI, 2009, comunicação pessoal).

Os pesquisadores do IPÊ identificaram três grupos de atores principais envolvidos com o turismo: o *trade* turístico, os gestores das UCs e as comunidades locais. O *trade* turístico é composto por empresas que atuam no turismo na região e estão localizadas nos municípios de Manaus e Novo Airão. A gestão das UCs é feita por funcionários de órgãos governamentais. No caso das UCs federais, é o Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio). As UCs estaduais são geridas pela Secretária de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS),

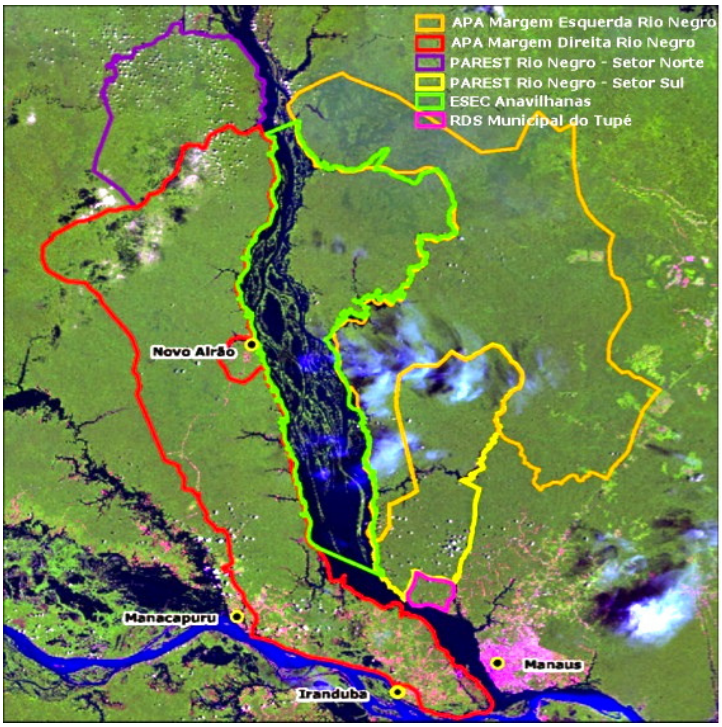

Figura 1: Mapa do mosaico de Unidades de Conservação que compõem o Baixo Rio Negro. Cada área demarcada em cor diferente corresponde a uma UC (amarelo escuro = Área de Preservação Ambiental Margem Esquerda do Rio Negro; vermelho = Área de Preservação Ambiental Margem Direita do Rio Negro; roxo = Parque Estadual do Rio Negro – Setor Norte; amarelo claro = Parque Estadual do Rio Negro – Setor Sul; verde = Parque Nacional de Anavilhanas – antiga Estação Ecológica de Anavilhanas; e rosa = Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé – Fonte: IPÊ, 2007).

e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMMAS) administra as UCs municipais de Manaus. Quanto as comunidades locais, são compostas por famílias caboclas e indígenas das etnias Baré, Tukano, Tikuna. A organização das comunidades inclui trabalhos coletivos nas roças e as trocas de serviços, produtos e objetos. As famílias vivem da agricultura, caça, pesca, venda de artesanato e extrativismo, principalmente madeireiro. A extração de madeira compete diretamente com o desenvolvimento da agricultura e ocorre sob condições precárias de trabalho e baixos rendimentos (IPÊ, 2007; SEMEGHINI; CARDOSO, 2009). Infelizmente, essas populações foram excluídas dos processos de criação e gestão das áreas protegidas e seus territórios foram desconsiderados. Isso gerou severos conflitos sociais com as comunidades tradicionais e com os poderes públicos locais (CARDOSO *et al.*, 2008). Para tentar resolver a situação conflituosa entre os atores, o IPÊ se propôs a intermediar o diálogo entre eles, buscando uma maior integração (IPÊ, 2008).

Em 2003 e 2004, os executores de projetos do IPÊ fizeram excursões de sensibilização às comunidades localizadas no Rio Cuieiras, afluente da margem esquerda do Rio Negro, que serviam para se trabalhar com educação ambiental, principalmente nas comunidades que estão dentro de UCs. Mas foi a partir de 2005

que o projeto de turismo realmente começou a ser implementado. Iniciou-se a articulação entre o *trade* turístico e os órgãos governamentais de meio ambiente nas esferas federal, estadual e municipal. O IPÊ renovou e criou novas parcerias com os órgãos gestores de UCs da região. Também foram oferecidos Cursos para Gestores de UCs, não apenas em Manaus, mas também em diversas capitais da Amazônia Brasileira, decorrente de uma parceria com o WWF Brasil. Em especial para o *trade*, foram oferecidas oficinas de sensibilização e de visitação no Baixo Rio Negro, apresentações sobre o Plano de Manejo da Estação Ecológica (ESEC) de Anavilhanas (hoje, Parque Nacional) e Parque Nacional (PARNA) do Jaú. Além disso, foi elaborado um Código de Conduta para o Baixo Rio Negro em parceria com o *trade* turístico da região (NAILZA PEREIRA, comunicação pessoal).

Em 2006, os executores do projeto de turismo coordenaram a elaboração do Plano de Negócios do Parque Estadual (PAREST) Rio Negro. Também foi desenvolvido o ordenamento do turismo na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Tupé e foi criado o Conselho Deliberativo da unidade, onde o IPÊ atuou como articulador. O Instituto coordenou ainda a criação do Conselho Consultivo da ESEC Anavilhanas (NAILZA PEREIRA, comunicação pessoal).

A partir de 2007, a USAID (Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional, em inglês, *United States Agency for International Development*) começou a financiar o projeto. Nesse mesmo ano, foi possível realizar nove oficinas de sensibilização com *trade* turístico e Instituições de Meio Ambiente e Turismo. Em 2008, ocorreram cursos para guias turísticos em Manaus e Novo Airão. Além disso, o IPÊ possibilitou o intercâmbio entre mulheres de duas comunidades do Rio Cuieiras com a comunidade do Julião na RDS Tupé (NAILZA PEREIRA, comunicação pessoal).

Em 2009, o IPÊ coordenou a elaboração do Plano de Gestão do PAREST Rio Negro Setor Sul. Novamente, o Instituto possibilitou o intercâmbio entre mulheres de duas comunidades do Rio Cuieiras com a comunidade do Julião na RDS Tupé. As mulheres do Rio Cuieiras começaram a reformar sua sede e também a produzir doces e geleias para vender. Dessa forma, o Projeto de Turismo está contemplando as comunidades, com a intenção de integrá-las ao turismo de forma mais concreta (NAILZA PEREIRA, comunicação pessoal).

Os executores do Projeto de Turismo têm a preocupação de verificar se seus esforços estão tendo algum impacto sobre os atores envolvidos. Por conseguinte, algumas atividades executadas até o momento foram levadas em consideração para esta avaliação.

Definição das Ferramentas de Avaliação

Para levantar possíveis indicadores para a avaliação, foi feita uma entrevista utilizando um questionário (Apêndice 1) com 10 executores de projetos do IPÊ que atuam na região do Baixo Rio Negro. Os executores propuseram indicadores

relevantes para seus próprios projetos. Os indicadores serviram como guia para a verificação de quais eram as questões que os executores gostariam que fossem respondidas por esta pesquisa, já que os mesmos têm grande interesse em avaliar seus trabalhos na área. Dentre os indicadores sugeridos, foram escolhidos indicadores que melhor respondiam a pergunta desta avaliação e focaram nos seguintes aspectos:

- Atividades relacionadas ao turismo envolvendo as comunidades e as UCs;
- Relacionamento entre os três atores no passado e atualmente;
- Grau de envolvimento de cada ator no projeto do IPÊ.

A definição desses indicadores possibilitou a elaboração de roteiros (Apêndice 2) para as entrevistas com cada grupo de atores, permitindo assim, a escolha das ferramentas para a coleta de dados.

A saída de campo se deu nos períodos de 28 de Outubro a 15 de Novembro e de 23 a 28 de Novembro de 2009. Durante esses períodos foram coletadas informações com cada grupo de atores. As coletas de informações eram conduzidas por um mediador, que iniciava se apresentando e explicando brevemente no que consistia o trabalho. Após a apresentação iniciava-se uma conversa sobre turismo, utilizando o diálogo semiestruturado (FARIA; FERREIRA NETO, 2006) como ferramenta. Esta ferramenta permeou todas as atividades e seguiu um roteiro para cada grupo de atores (Apêndice 2) e os diálogos foram gravados.

Para o levantamento e a classificação das relações sociais entre os atores foi utilizado o Diagrama de Venn (FARIA; FERREIRA NETO, 2006). Em uma manta branca de $1m^2$ foram desenhados cinco círculos, como mostra a Figura 2. O nome do ator participante da atividade naquele momento (ator participante) foi escrito em uma tarjeta (pedaço de papel sulfite de 10x15 cm) e pregada no círculo central. Os demais círculos representavam como era o relacionamento entre o ator participante e os atores citados por ele. Do mais distante ao mais próximo, cada círculo representa os seguintes graus de relação: “PÉSSIMO”, “RUIM”, “BOM”, “ÓTIMO”, respectivamente. Ou seja, quanto mais distante do centro, pior é a relação entre os atores. O nome dos atores foi escrito em tarjetas. Estas foram posicionadas de acordo com o grau de relacionamento apontados pelo participante. Foram utilizadas canetas marcadoras para escrever nas tarjetas e a montagem do diagrama foi feita no chão ou sobre uma mesa.

Com o Diagrama montado, foi questionado ao ator participante se a situação sempre foi assim, ou seja, se a relação com cada ator citado anteriormente foi como estava ali representado ou se houve mudanças ao longo do tempo. Para simbolizar as mudanças no relacionamento entre os atores, foram utilizados símbolos positivos “☺” e negativos “☹”, conforme descrito na Figura 2. Eles também fizeram uma classificação de como gostaria que fosse o relacionamento com determinado ator no

futuro. A última classificação teve o intuito de levantar uma discussão com os participantes sobre quais ações poderiam ser tomadas para alcançar tais desejos. O participante pôde discutir sobre como a atividade turística poderia beneficiar a região e avaliar a atuação do IPÊ frente ao turismo.

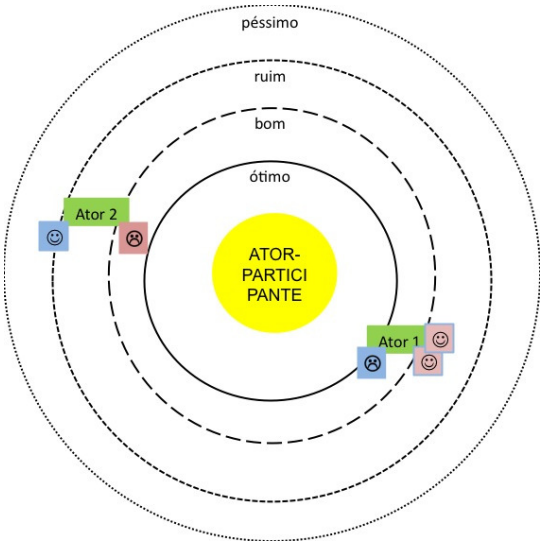

Figura 2: Desenho esquemático do Diagrama de Venn. O nome do ator que está participando da atividade deve ser colocado no centro do diagrama (ator participante). Os demais atores que se relacionam com o ator participante devem ser posicionados de acordo com o grau do relacionamento com o ator participante no presente. Quanto mais distante do centro do círculo, pior a relação entre eles (Fonte: CODA, 2009).

Para o PARNA de Anavilhanas, foram entrevistados o então gestor da UC, e uma ex-gestora do parque. Para o PAREST Rio Negro – Setor Sul, a entrevistada foi uma dos três gestores da UC. E para a RDS do Tupé, foram entrevistados o ex e o atual gestor da unidade.

Foram entrevistadas 22 pessoas que trabalham com turismo na região, sendo 20 de Manaus e duas de Novo Airão. Foi enviado um *e-mail* a representantes de 80 empresas, sendo que apenas 11 responderam. Destas, nove pessoas estavam dispostas a participar e 2 não estavam. Os demais contatos foram feitos por telefone.

Em relação às entrevistas nas comunidades, foram selecionadas quatro comunidades que os executores do Projeto consideram parceiras (experimental) do IPÊ e cinco comunidades consideradas "não parceiras" (controle – Figura 3). A escolha dos dois grupos serviu para verificar se havia diferença no relacionamento dos atores entre as comunidades onde o IPÊ atua (com o Projeto de Turismo ou com outras iniciativas) e aquelas em que o IPÊ não está presente. As comunidades "parceiras" foram: Comunidade Nova Esperança, Comunidade Nova Canaã, Comunidade São Sebastião, localizadas no Rio Cuieiras, e Comunidade Julião, localizada na RDS do Tupé. As comunidades "não parceiras" incluiram: Comunidade

Três Unidos, localizada no Rio Cuieiras, Comunidade Costa das Araras, Comunidade Baixote, Comunidade Bela Vista (Jaraqui), e Comunidade Terra Preta, localizadas na margem esquerda do Rio Negro.

Em Nova Esperança, Nova Canaã, São Sebastião e Bela Vista, foram entrevistados oito moradores por comunidade. Nas comunidades Julião, Terra Preta e Costa das Araras, dezoito moradores foram entrevistados, sendo seis em cada comunidade. Na Comunidade Baixote, apenas quatro pessoas foram entrevistadas. Apesar de quatro pessoas também terem sido entrevistadas na Comunidade Três Unidos, as entrevistas foram consideradas como um único ponto amostral, pois os participantes escutaram as respostas um do outro, o que pode ter influenciado os demais entrevistados. As respostas foram agrupadas, assim, para análise. Ao todo, foram entrevistadas 30 pessoas nas comunidades "parceiras" e 25 nas comunidades "não parceiras".

Figura 3: Mapa da região do Baixo Rio Negro, AM, contendo as comunidades onde ocorreram as entrevistas para a avaliação do Projeto de Turismo com Base Comunitária do IPÊ. As comunidades simbolizadas por pontos amarelos são as consideradas "parceiras", e as simbolizadas com pontos vermelhos são as "não parceiras" (Fonte: CODA, 2009).

Para a análise da mudança na relação entre os atores e as Comunidades, foi utilizado o Teste Qui-Quadrado. Para ver se houve uma melhora na relacionamento, os dados foram agrupados de acordo com os seguintes critérios: Péssimo/Ruim e Bom/Ótimo. O teste não foi aplicado para os gestores e para o *trade*, pois o número

era pequeno e a amostragem análises semelhantes.

Resultados e Discussão

Os resultados estão subdivididos em tópicos para cada grupo de ator, de modo a facilitar o entendimento.

Avaliação dos gestores de Unidades de Conservação sobre seu relacionamento com os demais atores

Todos os gestores entrevistados afirmaram que conhecem e são parceiros do IPÊ, e todos afirmaram estar cientes do projeto de Turismo do IPÊ. Em todas as UCs, o plano de manejo que inclui um zoneamento com áreas para uso público, está em processo de aprovação/implantação. Dos atuais gestores, apenas o ex-gestor da RDS participou de todas as oficinas oferecidas ao *trade*.

O principal conflito com o *trade*, do ponto de vista dos gestores, refere-se ao fato de que os barcos turísticos utilizam áreas das UCs que não poderiam estar utilizando. Em se tratando da visitação no PARNA de Anavilhanas, de acordo com o então gestor e a ex-gestora da UC, a mesma é realizada principalmente por empresas de Manaus, mas já existem empresas de Novo Airão que levaram turistas a conhecer a Unidade. Há, também, barcos particulares de moradores da região, principalmente de Manaus, que visitam a área durante os finais de semana. A ex-gestora afirma que, durante sua gestão, o impacto negativo do turismo era maior nas áreas de "terra firme", onde os turistas faziam trilhas na mata, e nos lagos centrais entre as ilhas, onde ocorre a pesca de piranhas. Já o *trade* de Novo Airão não visita pontos específicos. O então gestor acha que as áreas que foram definidas para o turismo são muito grandes, e que deveriam ser definidos roteiros específicos para o turismo dentro das áreas de uso. Além disso, a definição de uma hidrovia dentro de Anavilhanas, que pretende restringir a rota de navegação, não agrada o *trade*, mas o gestor acha que é inviável permitir a passagem de barcos por qualquer lugar no arquipélago de Anavilhanas.

Quando levantada a questão do relacionamento entre a gestão do PARNA de Anavilhanas e o *trade*, do ponto de vista do então gestor, o relacionamento com o *trade* de Manaus é bom, mas ainda não é ideal. Essa relação tem melhorado, pois já foi muito ruim, segundo o então gestor. Já com o *trade* de Novo Airão, o relacionamento sempre foi bom, pois, por eles terem se organizado recentemente, o diálogo entre as empresas e os gestores de Anavilhanas sempre esteve presente. Para a ex-gestora, o histórico da evolução dos trabalhos com o *trade* mostra que o relacionamento entre os gestores de Anavilhanas e o *trade* tem melhorado ao longo do tempo. Ao comparar a relação entre *trade* e gestores em Anavilhanas e outras UCs, ela afirma que, em outras Unidades, não existe esse mesmo diálogo. A ex-gestora considera que a relação começou a melhorar a partir de 2005, pois antes disso, as pessoas do *trade* e os gestores não se conheciam. Foi nessa época que os pesquisadores do IPÊ começaram o esforço para integrar os setores e os

profissionais dos diversos ramos envolvidos com o turismo.

A ex-gestora declara que a grande pressão para virar Parque Nacional veio do próprio *trade*. Ambos os gestores acreditam que a transição de Estação Ecológica para Parque Nacional está acontecendo com a participação do *trade*, na definição das áreas de uso público. O então gestor expõe que o *trade* de Manaus usa principalmente os pontos localizados nas áreas que serão destinadas para o uso público do novo zoneamento da UC e a ex-gestora crê que a tendência é a relação melhorar, principalmente depois que o plano de uso público estiver operando.

Quando se trata das comunidades do entorno, o então gestor afirma que o relacionamento é ruim e a ex-gestora considera que a relação com as comunidades no entorno é deficiente. De acordo com a ex-gestora, o conflito ocorre pelo fato dos comunitários utilizarem recursos naturais do parque. "Tem muita exploração de madeira". Para o então gestor, houve uma ligeira melhora nos últimos anos e ele acredita que, como as comunidades estão dentro de UCs estaduais, a SDS/CEUC terá que intensificar seu trabalho junto aos habitantes locais. A ex-gestora acredita que o turismo pode ser uma alternativa para as comunidades, mas pode não ser uma solução fácil.

O então gestor vê o trabalho do IPÊ como fundamental, pois as iniciativas desenvolvidas com as comunidades pode gerar alternativas para o desenvolvimento das mesmas. Além disso, a articulação com o *trade* facilita o diálogo entre o gestor da UC e os empresários.

No caso do PAREST Rio Negro – Setor Sul, a gestora afirma que atualmente não há um contato direto dos gestores do PAREST e o *trade* turístico. Como a gestora do Parque está alocada em Novo Airão, algumas informações acabam não chegando até ela. Ela não soube dizer, por exemplo, se existe um contato do *trade* com outras pessoas da SDS/CEUC, mas afirma que o turismo ocorre sem que se peça permissão para entrar no PAREST.

A gestora relata que a relação dos gestores do PAREST Rio Negro com as comunidades é boa, mas no passado era inexistente. Ela acredita que as zonas de uso dos recursos incluídas no novo zoneamento do Parque irão facilitar a fiscalização. De acordo com a gestora, foi feito o zoneamento para o Plano de Ação do Parque Estadual Rio Negro – Setor Sul. O zoneamento incluiu as áreas de uso sustentável dos recursos pelas comunidades que vivem dentro do Parque e atualmente, existe um Plano que está em processo de aprovação pela SDS. Ela afirma que o IPÊ participou da elaboração do Plano, o que levou a inclusão dessas zonas de uso sustentável, principalmente nas margens do Rio Cuieiras, onde o Instituto atua junto às comunidades.

Por estar localizada muito próximo a Manaus, a pressão do crescimento urbano sobre a RDS do Tupé é muito forte. O ex-gestor da RDS afirma que a Reserva é utilizada como área de lazer pelos habitantes da zona urbana de Manaus. O ex-gestor conta que são poucas as empresas que trazem turistas para a Reserva, e a exceção é uma visita que ocorre a duas famílias indígenas que fazem apresentações de rituais

de sua cultura para turistas. O atual gestor da RDS relata que os barcos que visitam as praias trazem alimentos e bebidas para consumo próprio e para serem vendidos. Isso prejudica as comunidades, já que existem barracas que oferecem esse tipo de serviço nas localidades visitadas. As barracas são frutos de um projeto da prefeitura de Manaus para fomentar o turismo nas comunidades próximas às praias.

De acordo com o ex-gestor, o zoneamento da UC incluída no Plano de Manejo ajudará a controlar a visitação. Ele afirma que o zoneamento levou em consideração áreas de visitação e de uso pelas comunidades.

O ex-gestor conta que, devido a proximidade e a facilidade de acesso, muitos moradores de Manaus, com alto poder aquisitivo, compram lotes das pessoas que moram na Reserva para construir "casas de veraneio". De acordo com o gestor, o aumento da população dentro da RDS é preocupante, pois além dos impactos ambientais, esse processo traz problemas sociais, como pontos de venda de droga e prostituição. Além disso, a infraestrutura nessas localidades é insuficiente para o aumento da demanda.

Quando se trata do relacionamento com as comunidades, o ex-gestor afirma que durante sua gestão o relacionamento em geral era bom. Mas que foi uma conquista ao longo dos anos. O maior conflito ocorreu com a Colônia Central, uma comunidade atípica, por ser a única que não está localizada às margens de um igarapé. Como é de difícil acesso, os comunitários exigem a construção de estradas, e o gestor relata que a isso irá aumentar o fluxo de pessoas que não moram dentro da Reserva.

Em relação à outra comunidade, Julião, o ex-gestor acredita que o relacionamento é bom, mas já foi ruim. Para ele, as mudanças tem influência do IPÊ em pontos localizados. Existe um grupo de mulheres que trabalha com a polpa do cupuaçu nessa comunidade. A iniciativa surgiu a partir do apoio de uma ONG chamada Biotupé, mas que deixou de fomentar o grupo para se dedicar a outras atividades.

Avaliação do Trade Turístico sobre seu relacionamento com os demais atores

Das 22 entrevistadas, 19 empresas atuam na região do Baixo Rio Negro. Dentre os entrevistados, 80% conhecem o IPÊ, e 60% afirmaram que já participaram de alguma oficina que o Instituto organizou. Trinta por cento das pessoas falaram de como são importante os esforços de unir *trade* e gestores. Em 2008, o IPÊ organizou cursos de capacitação para guias turísticos. Também foram oferecidas duas palestras para dar informações técnicas sobre peculiaridades do Rio Negro. Duas pessoas que fizeram o curso disseram que a iniciativa agregou informações que eles aplicam no trabalho.

Os empresários veem como vilões por impedirem o desenvolvimento do turismo dentro das UCs. Os empresários não aceitam as restrições de uso impostas pela categorização das áreas de preservação. No entanto, na Tabela 1 é possível

observar que houve uma pequena melhora de como o *trade* enxerga seu relacionamento com os demais atores. Eles também acreditam que pode melhorar ainda mais daqui para frente.

Tabela 1: Respostas do *trade* sobre como eles veem seu relacionamento com os demais atores, para os três períodos cronológicos. O Futuro está relacionado com as esperanças e anseios dos entrevistados (P=péssimo; R=ruim; B=bom; O=ótimo, NR=não respondeu; N= número de entrevistados).

		Passado N (%)	**Presente N (%)**	**Futuro N (%)**
Comunidades	P	00 (00)	01 (06)	01 (06)
	R	07 (41)	02 (12)	01 (06)
	B	06 (35)	08 (47)	04 (24)
	O	02 (12)	05 (29)	10 (59)
	NR	02 (12)	01 (06)	01 (06)
Gestores	P	01 (06)	02 (12)	01 (06)
	R	05 (29)	01 (06)	01 (06)
	B	07 (41)	09 (53)	04 (24)
	O	03 (18)	04 (24)	10 (59)
	NR	01 (06)	01 (06)	01 (06)

(Fonte: CODA, 2009).

A melhora no relacionamento do *trade* com os gestores se deve, provavelmente, pelo esforço do IPÊ em unir esses atores por meio do diálogo. No entanto não é possível afirmar categoricamente que o IPÊ é o responsável, já que a coleta dessa informação através do método utilizado acarretaria um viés à pesquisa.

Das três UCs, o PAREST Rio Negro Setor Sul é o menos visitado pelo *trade*. Apenas sete entrevistados afirmam visitar áreas dentro do Parque. O ponto mais visitado é a comunidade indígena Terra Preta, mas outras também são procuradas como: a comunidade Bela Vista (Jaraqui); a comunidade indígena Nova Esperança; e, a comunidade indígena Três Unidos. Na RDS do Tupé, o ponto mais visitado é uma comunidade indígena onde ocorrem apresentações de rituais xamânicos. Os entrevistados informaram não ter contato direto com os gestores do Parque ou da Reserva.

O PARNA de Anavilhanas é o mais visitado. 13 entrevistados afirmam utilizar a área em roteiros fixos ou em visitas esporádicas. Apesar de perceberem os esforços do IPÊ, os empresários do turismo ainda reclamam das proibições sobre a visitação no PARNA de Anavilhanas. Outro ponto que os operadores mencionam ser problemático é a abordagem violenta dos fiscais aos barcos de turismo.

A questão da recategorização da Estação Ecológica de Anavilhanas para Parque Nacional de Anavilhanas gerou muitas dúvidas para o *trade*. Três operadores

expressam a preocupação de que, agora que é parque nacional, vão haver ainda mais proibições.

De acordo com os entrevistados que atuam há mais tempo na região, os operadores de barcos de turismo e as comunidades ribeirinhas sempre tiveram uma relação amistosa (Figura 4). No início, há 20 anos, existia uma certa relação de dependência das comunidades com os barcos de turismo, pois estes eram um dos únicos acessos a mantimentos e medicamentos às comunidades. No entanto, essa relação está mudando. Alguns operadores julgam que as transformações refletem as ações de diversas organizações nas comunidades.

Figura 4: Embarcação turística visitando a comunidade Terra Preta, Região do Baixo Rio Negro - AM (Fonte: CODA, 2009).

Dentre os entrevistados, 35% afirmaram que a expectativa dos comunitários de que o turismo pode ser uma fonte de renda é muito alta atualmente. Isso se justifica pela proibição do corte e da venda de madeira com a criação das UCs, o que resultou em muitos comunitários terem perdido sua fonte de renda principal. Assim, os comunitários têm grandes expectativas e quase "exigem" do *trade* que os turistas comprem artigos que produzem.

Dos entrevistados, 30% mencionaram que as comunidades precisam de mais organização para receber o turismo. Porém, uma preocupação expressada reflete-se no fato de muitas comunidades estarem perdendo suas características. Alguns empresários (26% dos entrevistados) citaram a apresentação de um ritual indígena por uma comunidade na RDS do Tupé como exemplo de um atrativo bem organizado.

Avaliação dos comunitários sobre seu relacionamento com os demais atores

Nas comunidades que o IPÊ considera como parceiras, 77% dos entrevistados conhecem o IPÊ e, desses, 87% se dizem parceiros do IPÊ. Nas comunidades Nova Esperança e São Sebastião todos conhecem e se consideram parceiros do IPÊ. Isso se deve ao fato do IPÊ ter um maior contato com essas comunidades.

Ainda assim, 58% dos entrevistados das comunidades "não parceiras" disseram conhecer o IPÊ. A razão deve-se ao fato do IPÊ ter realizado pelo menos duas excursões às comunidades da margem esquerda do Rio Negro, com o intuito de informar sobre a existência do PAREST Rio Negro – Setor Sul. Também foi feito um DRP nessas comunidades em 2006, para o Plano de Gestão do PAREST, cujo diagnóstico foi aplicado pelo IPÊ.

Em relação ao trabalho com turismo, os moradores de algumas comunidades estão se organizando para melhorar seus atrativos. Na comunidade Nova Esperança, existe uma associação de artesãos, que mesmo não tendo participado diretamente de sua criação, que o IPÊ vem apoiando em seus trabalhos realizados como, por exemplo, com a compra de ferramentas. Já na comunidade São Sebastião, o IPÊ incentivou a criação de um Grupo de Mulheres para a produção de doces. Em 2008 e em 2009, o IPÊ proporcionou um intercâmbio entre as mulheres da comunidade do Julião, onde já existia um grupo de mulheres bem estruturado, e as mulheres das comunidades do Rio Cuieiras. Como resultado, em 2009, as mulheres da comunidade começam a reformar sua sede e produzir doces para vender. Na comunidade São Sebastião já existem iniciativas dos próprios comunitários em criar atrativos turísticos para aumentar a visitação. É o caso da Festa do Peixe-Boi, que aconteceu pela primeira vez em Novembro de 2009.

Desde 2009, o IPÊ não está atuando diretamente com a comunidade Nova Canaã. Já o contato na comunidade do Julião é constante, mas geralmente com apenas um morador, que é o tratador do grupo de sauins-de-coleira (*Saguinus bicolor*). Existe um contato com o grupo de mulheres da comunidade Julião, mas não foi possível entrevistar nenhuma das mulheres, pois elas não estavam na comunidade no momento das entrevistas.

Os resultados indicam que não houve uma melhora no relacionamento entre as comunidades e o *trade* ao longo do tempo (X^2=2.5365, gl=1, p=0.1112 – Tabela 2). No entanto, isso pode ser decorrente de não ter havido atividades do Projeto de Turismo com a intenção de amenizar conflitos entre comunidades e *trade*. Além disso, muitas comunidades não estão recebendo turistas, o que faz com a visão dos comunitários em relação às empresas de turismo seja ruim.

As comunidades "parceiras" e "não parcerias" foram comparadas entre si, quanto ao relacionamento entre elas e os demais atores, nos diferentes períodos de tempo. Em relação ao relacionamento dos comunitários com o *trade* no passado, não houve diferença entre as comunidades (X^2=1.34, gl=1, p=0.25). No entanto, os resultados apontam para diferenças do relacionamento com o *trade* no presente (X^2=13.85, gl=1, p=0.0002). Provavelmente, as ações do IPÊ nas comunidades parceiras podem ter influenciado essa diferença, mas não se pode afirmar com certeza que o Instituto é responsável pela diferença.

Tabela 2: Porcentagem de respostas sobre como o comunitário vê seu relacionamento com o *trade* turístico, para os três períodos cronológicos. O Futuro está relacionado com as esperanças e anseios dos entrevistados (P=péssimo; R=ruim; B=bom; O=ótimo, NR=não respondeu; N= número de entrevistados).

		Passado N (%)	Presente N (%)	Futuro N (%)
Total	P	07 (13)	04 (07)	01 (02)
	R	17 (30)	12 (21)	10 (18)
	B	29 (52)	26 (46)	30 (54)
	O	01 (02)	13 (23)	11 (20)
	NR	02 (04)	01 (02)	04 (07)
Comunidades Parceiras	P	04 (13)	01 (03)	01 (03)
	R	11 (37)	01 (03)	09 (30)
	B	13 (43)	15 (50)	13 (43)
	O	01 (03)	12 (40)	05 (17)
	NR	01 (03)	01 (03)	02 (07)
Comunidades Não Parceiras	P	03 (12)	03 (12)	00 (00)
	R	06 (23)	11 (42)	01 (04)
	B	16 (62)	11 (42)	17 (65)
	O	00 (00)	01 (04)	06 (23)
	NR	01 (04)	00 (00)	02 (08)

(Fonte: CODA, 2009).

Quando questionados sobre se há trabalhos com turismo, 84% das pessoas disseram que a comunidade recebe turistas. Mas, a maioria (78%) não soube informar o nome da empresa de turismo que traz os turistas à comunidade. Todavia, apenas metade (52%) dos comunitários fazem algum tipo de atividade de turismo, principalmente sendo guias em trilhas na própria comunidade onde vivem ou produzindo e vendendo artesanato (Figura 5). Muitas das pessoas que não trabalham com turismo reclamaram de que a renda não é distribuída para a comunidade toda.

Figura 5: Artesã confeccionando artesanato na Comunidade Nova Esperança, localizada às margens do Rio Cuieiras, afluente do Rio Negro - AM (Fonte: CODA, 2009).

Alguns comunitários se queixaram de que os guias, muitas vezes, contratam um morador para conduzir turistas em alguma trilha de sua propriedade. Porém, depois que o guia aprende onde é a trilha, o morador é descartado, pois o próprio guia acaba levando os turistas e passa a não mais pagar pelo uso da trilha. A visão que os comunitários têm do *trade* depende muito da renda que entra na comunidade por conta do turismo. Se um grupo de turistas compra artesanato ou outros produtos da comunidade, o entrevistado avalia a empresa com "Bom" ou "Ótimo".

Existe, sem dúvida, um consenso de que o turismo pode ser uma alternativa financeira para a comunidade. Como se pode ver na tabela 3, 75% das pessoas querem ter uma boa relação com o *trade* no futuro, o que decorre da vontade de se ter uma fonte de renda alternativa, já que a fonte principal sempre foi a venda da madeira.

Quando se trata do relacionamento com os gestores das Unidades de Conservação, também não houve melhora ao longo do tempo (X^2=0,3669, gl=1, p=0,5447 – Tabela 3). Quando comparadas as comunidades "Parceiras" e "Não Parceiras", houve diferença entre os dois grupos no relacionamento com os gestores no passado (X^2=8,4, gl=1, p=0,004). Entretanto, na época em que foi feita a avaliação não havia diferença entre os dois grupos quando se tratava do relacionamento com os gestores (X^2=0,59, gl= 1, p=0,44). A diferença no passado pode ser explicada pelo fato de que as comunidades "Não Parceiras" estão as margens do Rio Negro e do PARNA de Anavilhanas, e seus habitantes eram mais frequentemente abordados por fiscais do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) do que as comunidades "Parceiras", localizadas no Rio Cuieiras. Além disso, a questão da permanência das comunidades, tanto "Parceiras" quanto "Não Parceiras", dentro do Parque Estadual Rio Negro tem causado o descontentamento dos moradores locais em relação às organizações gestoras, já que os habitantes reclamaram muito de uma possível retirada de suas casas. Desta forma, 58% responderam que atualmente têm uma relação ruim ou péssima com os gestores.

De acordo com 77%entrevistados, a principal causa do mau relacionamento com os gestores é a proibição do uso de recursos nas áreas das UCs. Desses, 44% afirmam ser por causa da madeira, 22% responsabilizam a restrição à pesca, principalmente em lagos de Anavilhanas, 15% apontam para as áreas de roça, e 5% mencionam a caça. Outro fator que preocupa as pessoas que vivem dentro do PAREST Rio Negro – Setor Sul é a questão de eles terem que sair. Constatou-se que 34% das pessoas que vivem em comunidades dentro do parque mencionaram que não querem sair do Parque Rio Negro.

Tabela 3: Porcentagem de respostas sobre como o comunitário vê seu relacionamento com os gestores das UCs, para os três períodos cronológicos. O Futuro está relacionado com as esperanças e anseios dos entrevistados (P=péssimo; R=ruim; B=bom; O=ótimo, NR=não respondeu).

		Passado N (%)	Presente N (%)	Futuro N (%)
Total	P	08 (12)	10 (15)	12 (18)
	R	32 (49)	28 (43)	11 (17)
	B	20 (31)	23 (35)	23 (35)
	O	01 (02)	02 (03)	15 (23)
	NR	04 (06)	02 (03)	04 (06)
Comunidades Parceiras	P	02 (07)	04 (13)	04 (13)
	R	11 (37)	12 (40)	03 (10)
	B	14 (47)	11 (37)	12 (40)
	O	01 (03)	02 (07)	10 (33)
	NR	02 (07)	01 (03)	01 (03)
Comunidades Não Parceiras	P	06 (17)	06 (17)	08 (23)
	R	21 (06)	16 (46)	08 (23)
	B	06 (17)	12 (34)	11 (31)
	O	00 (00)	00 (00)	05 (14)
	NR	02 (06)	01 (03)	03 (09)

(Fonte: CODA, J. 2009).

Conclusões e Sugestões

Esta avaliação permitiu observar que o Projeto de Turismo com Base Comunitária tem contribuído para a interação entre os atores. Fica evidente que essa interação é crucial para se assegurar uma gestão e usos sustentáveis dos recursos socioambientais.

Os principais êxitos atingidos pelo Projeto de Turismo até o momento de acordo com a avaliação foram os seguintes:

i) O *trade* participou da definição das áreas que serão destinadas ao uso público dentro do PARNA de Anavilhanas, indicando os pontos de visitação dentro do parque;

ii) O diálogo entre gestores e *trade* existe, mesmo que ainda exista conflito;

iii) O Plano de Gestão do PAREST Rio Negro incluiu áreas de uso para as comunidades locais;

iv) Grupos de Mulheres em comunidades do Rio Cuieiras estão empenhadas em produzir doces e geleias para vender; e

v) Todos os comunitários entrevistados sabem da existência das UCs.

Entretanto, os principais problemas ainda não abordados pelo projeto são:

i) Os gestores e o *trade* estão descontentes com as áreas destinadas a uso público no PARNA de Anavilhanas. Algumas empresas de turismo têm dúvidas sobre a recategorização de Anavilhanas;

ii) Não existe o contato entre gestão das áreas estaduais e *trade*;

iii) Existe uma forte pressão sobre a RDS do Tupé por moradores de Manaus;

iv) Abordagem dos fiscais do IBAMA a barcos de turismo é agressiva;

v) A renda gerada por atividades de turismo nas comunidades atingem apenas indivíduos, e não a comunidade como um todo. O *trade* nem sempre paga para usar trilhas nas comunidades.

As parcerias firmadas entre o IPÊ e os órgãos gestores das UCs permitem que ambos tenham um canal aberto de diálogo. E o fato do IPÊ não ser "governo", facilitou a inclusão do *trade* nesse diálogo. No entanto, a mudança de categoria do Arquipélago de Anavilhanas, de Estação Ecológica para Parque Nacional, causou divergência no diálogo entre os dois grupos de atores. A recategorização ainda gera muitas dúvidas sobre como serão dirigidas as áreas definidas para visitação no parque. Além disso, a fato do *trade* sair da ilegalidade implica que eles realmente terão que respeitar as áreas de visitação predeterminadas no Plano Emergencial de Uso Público. Inclusive, muitas empresas terão que mudar suas rotas de navegação dentro da área do parque. Por outro lado, existe uma preocupação da parte da gestão do parque em relação à fiscalização, pois a área determinada para o uso público é relativamente grande.

Como o Plano Emergencial de Uso público de Anavilhanas, e os planos de Gestão do Parque Sul e da RDS do Tupé estão em fase de aprovação, será necessário informar o *trade* sobre esses documentos. Inclusive, deve ser cobrado do *trade* uma adequação a possíveis mudanças nas áreas de uso das UCs.

Durante as entrevistas com os empresários, pôde-se perceber que as reuniões do *trade* com os gestores não são tão frequentes, e quando os encontros ocorrem, geralmente são muito longos (duram pelo menos um período do dia). Dessa forma, muitos empresários não podem participar, pois não dispõem de tanto tempo para se ausentarem de seu trabalho. Assim, sugere-se que as reuniões entre o *trade* e os gestores sejam mais frequentes, e essas devem ocorrer não só em Manaus, mas também em Novo Airão. Além disso, essas reuniões deveriam ser curtas e fora do horário comercial, na tentativa de atrair o maior número de pessoas possível. O pertinente é trabalhar temas curtos a cada reunião. Além disso, sugere-se que sejam elaborados relatórios informativos curtos ao final de cada encontro. O relatório pode ser enviado para todas as empresas de turismo da região, mesmo as que não estão envolvidas, na tentativa de atingir e instigar a participação do maior número de pessoas.

Uma das questões mais emergentes que deve ser trabalhada nas reuniões entre *trade* e gestores é a questão da fiscalização dos barcos de turismo. Muitos empresários reclamaram da maneira como os barcos são abordados pelos fiscais do

IBAMA, que afirmam que os fiscais são violentos e entram nos barcos com armamento pesado, assustando os turistas. Os empresários compreendem que os fiscais também lidam com madeireiros e contrabandistas que podem estar armados, mas acham que a abordagem poderia ser diferente com os barcos de turistas.

Os próprios empresários sugerem que seja feito um cadastro dos barcos de turismo que atuam na região, e que os fiscais tenham acesso a esse documento. Além disso, o cadastro pode conter a rota habitual do barco, com o cronograma de visitação, se possível. Com o cadastro em mãos, os fiscais saberão se um barco é ou não uma embarcação de turismo e se está dentro do programa de visitação.

O IPÊ também pode oferecer um curso para capacitar os fiscais do IBAMA. O curso pode tratar de capacitar sobre abordagens adequadas aos barcos de turismo, com comportamentos compatíveis com a atividade turística, que é hoje fonte de renda e pode ser ainda bastante enriquecida com a qualificação e o aprimoramento do turismo da região.

Antes da chegada do IPÊ, as pessoas que vivem nas comunidades da margem esquerda do Rio Negro não sabiam da existência do PAREST Rio Negro – Setor Sul. As excursões de sensibilização promovidas pelo IPÊ mudaram esse cenário, mas geraram um novo conflito. Atualmente, as pessoas que vivem dentro do Parque temem em ter que sair de suas casas, mas a aprovação do Plano de Gestão do Parque Sul pode mudar essa situação. Outro problema é que a fonte de renda de muitas famílias sempre foi a exploração madeireira. Com a presença do PAREST e o aumento da fiscalização, muitas pessoas deixaram a atividade, ou passaram a trabalhar ilegalmente

O IPÊ tem buscado alternativas econômicas para as comunidades do Rio Cuieiras. Este trabalho deve continuar e, se possível, ser intensificado. O turismo é uma dessas alternativas, mas não será possível atender a todas as pessoas que vivem na região. Além disso, a oscilação no nível da água dos rios da região causam também uma variação no fluxo de caixa das famílias que ali habitam, pois elas dependem do ambiente onde vivem para suas atividades subsistência, como pesca, caça e agricultura. Como o ecoturismo é uma atividade que pode ser realizada durante o ano inteiro, para as famílias que se envolvem diretamente com a atividade, há uma diminuição da sazonalidade do fluxo de caixa (PROJETO BAGAGEM BRASIL *et al.*, 2010).

Uma maneira de ampliar as atividades relacionadas ao turismo é fazer um levantamento dos possíveis atrativos e potencialidades turísticas nas comunidades onde estão ocorrendo os projetos do IPÊ. Devem ser consideradas as atividades cotidianas dos comunitários, como a coleta de recursos da floresta e a roça. As atividades cotidianas podem ser transformadas em atrativos turísticos, uma vez que o turista pode participar de uma atividade, que o ajudará a compreender melhor a forma de vida e ampliar o valor atribuído à região. Desse modo, o comunitário pode manter o seu meio de vida e não se deslocar totalmente de suas atividades diárias para receber os turistas, tendo ainda seu orgulho e autoestima mais elevados, levando em conta o seu interesse em participar. A

produção da associação entre a operação turística e outras atividades econômicas do local é essencial no sentido de manter as atividades tradicionais e distribuir benefícios econômicos (PROJETO BAGAGEM BRASIL *et al.*, 2010).

Como a maioria dos comunitários entrevistados não souberam informar quais empresas de turismo visitam suas comunidades, sugere-se que os mesmos façam o monitoramento da atividade receptiva. Os comunitários podem ser capacitados a monitorar a visitação, preenchendo uma planilha que contenha informações como, por exemplo: i) Nome da empresa ou do canoeiro que está transportando os turistas; ii) nome do guia turístico; iii) número de turistas; iv) atividades elaboradas; v) produtos mais vendidos ou serviços mais procurados. Isto servirá para que o projeto e a comunidade tenham mais controle sobre a visitação, além de conhecer o perfil de seus clientes, quais atividades e/ou produtos que são mais procurados. A partir dessas informações, os esforços do projeto podem ser direcionados para onde existe prioridade. A planilha poderia ser entregue pela empresa de turismo. No entanto, o intuito de que essa planilha seja feita por um morador da comunidade é para que os comunitários tenham controle do monitoramento.

O *trade* aponta que as comunidades deveriam ser mais organizadas em relação à limpeza da área visitada e também na prestação de serviços. Além disso, considerou necessário diversificar os atrativos, pois se todas as comunidades oferecerem o mesmo tipo de atrativo, os barcos vão parar nas que oferecerem maior custo beneficio, ou seja, as que melhor oferecê-los por um custo razoável.

Num segundo momento, existe a possibilidade de se fazer um acordo de visitação entre o *trade* e as comunidades. O acordo poderia conter possíveis roteiros pelas comunidades, e as comunidades não teriam atividades concorrentes, mas complementares. Desta forma, as atividades oferecidas por uma determinada comunidade poderia ser exclusiva da mesma, e esta teria que manter um padrão de qualidade dos serviços prestados. O *trade* teria que se comprometer em não mais utilizar áreas das comunidades sem pagar. Os recursos arrecadados deveriam servir à comunidade e não a indivíduos, como vêm ocorrendo. Esses recursos poderiam ser usados para o pagamento de salários das pessoas que trabalharem nos atrativos turísticos, na manutenção dos locais visitados e de infraestrutura da comunidade, com itens como combustível para gerador de energia, melhorias nas escolas e postos de saúde. Assim, as pessoas que trabalham diretamente com turismo teriam uma fonte de renda, como um salário, e as pessoas que não estão vinculadas a esta atividade, mas vivem na comunidade, receberiam benefícios indiretos. O IPÊ, em seu projeto em andamento, pode testar essa sugestão na comunidade Nova Esperança, onde já existe uma associação dos comunitários que trabalha com artesanato e recebe grupos fixos de uma determinada empresa periodicamente. Mas a comunidade deve estar envolvida em todas as fazes do processo para que a atividades seja por elas apropriada.

Esta avaliação revelou diversros êxitos do Projeto de Turismo do IPÊ. O diálogo entre *trade* e gestores, mesmo que conflituoso é um grande avanço. As comunidades onde o IPÊ atua já demonstram iniciativas próprias e grande interesse em diversificar as fontes de renda visando a conservação ambiental. Entretanto, a avaliação demonstrou também que o empenho do IPÊ pode ser aprimorado para avançar ainda mais na busca

do turismo sustentável para a região. Desta forma, o Instituto de Pesquisas Ecológicas tem nessa pesquisa uma ferramenta para auxiliar no direcionamento dos próximos passos que realizará na região do Baixo Rio Negro.

Referências bibliográficas

BADIALLI, J. E. O Reverso do Postal: uma análise das atividades de uso público na região da Estação Ecológica de Anavilhanas, Estado do Amazonas, Brasil. 2003. **Dissertação** (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2003.

BRASIL. **Monitoramento e avaliação de projetos**: métodos e experiências (Série Monitoramento & Avaliação). Brasília: MMA/SCA, 2004.

CARDOSO, T. M. SEMEGHINI, M. G. KURIHARA, L. P. Os povos tradicionais e o ordenamento territorial do Baixo Rio Negro em uma perspectiva da conservação e uso sustentável da biodiversidade. In: Bensusan, N. Armstrong, G. (org). **O Manejo da Paisagem e a Paisagem do Manejo.** Brasília: Instituto Internacional de Educação do Brasil, p. 67-86, 2008.

FARIA, A. FERREIRA NETO, P. **Ferramentas do Diálogo:** qualificando o uso das técnicas do DRP: diagnóstico rural participativo. Brasília: MMA/IEB, 2006. 76p.

FARIA, I.F. Ecoturismo: etnodesenvolvimento e inclusão social no Amazonas. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural Pasos**, v.3, p.63-77, 2005.

GOMES, M. A. (s.d.). Avaliação de Processos Participativos.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS. **Projeto Etnobotânica e Manejo Agroflorestal no entorno da Estação Ecológica de Anavilhanas**: valorizando os saberes tradicionais na conservação da agrobiodiversidade. Manaus: IPÊ, 2007.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS. **Relatório de Atividades 2008**. Nazaré Paulista: IPÊ, 2008.

MARGOLUIS, R. SALAFSKY, N. **Measure of Success:** Designing, Managing and Monitoring Conservation and Development Projects. Washington D.C.: Island Press, 1998.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Glossary of Key Terms in Evaluation and Results Based Management**. Paris: OECD, 2002.

PROJETO BAGAGEM BRASIL, POUSADA UACARI, INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ. **Ecoturismo de Base Comunitária na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Estado do Amazonas.** Serie Turisol de Metodologias. São Paulo: Rede Turisol, 2010.

ROSSI, P. H. LIPSEY, M. W. FREEMAN, H. E. **Evaluation:** A Systematic Approach (7a ed.). Thousand Oaks: Sage Publications, Inc., 2004.

SEMEGHINI, M. G. CARDOSO, T. M. O RIO CUIEIRAS: OS HABITANTES E SEU AMBIENTE. IN: CARDOSO, T. M. SEMEGHINI, M. G. (org). **Diálogos Agroecológicos:** conhecimento científico e tradicional na conservação da agrobiodiversidade no Rio Cuieiras (Amazônia Central). Manaus: Instituto de Pesquisas Ecológicas, p. 18-39, 2009.

WALLACE, G. N. PIERCE, S. M. An Evaluation of Ecotourism in Amazonas, Brazil. **Annals of Tourism Research**, v.23, p.843-873, 1996.

Agradecimentos

Queremos agradecer primeiramente os executores do Projeto de Turismo com Base Comunitária do IPÊ, Nailza Pereira, Eduardo Badialli, Marco Antônio Vaz de Lima. Agradecemos também a todas as pessoas que foram entrevistadas nessa pesquisa. E por fim, agradecemos a banca avaliadora deste projeto, por se tratar de um produto final do Mestrado Profissional em Conservação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade.

Julia Coda: Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade (ESCAS-IPÊ).
Email: juliacoda@gmail.com
Link para o currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/8900418381088284

Eduardo Humberto Ditt : Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade (ESCAS-IPÊ).
Email: eduditt@ipe.org.br
Link para o currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/9525442634476481

Alexandre Uezu: Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade (ESCAS-IPÊ).
Email: aleuezu@ipe.org.br
Link para o currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/6713151102188789

Data de submissão: 20 de junho de 2011.

Data do aceite: 15 de setembro de 2011.

Apêndice 1
Questionário para os executores de projeto do site Baixo Rio Negro

Nome:

1)Há quanto tempo trabalha no IPÊ?

2) Qual é a sua atuação dentro do IPÊ na região e de que projetos participa?
3) Que atividades de seu projeto (ou de sua atuação) você considera difíceis de avaliar com uso de indicadores?
4) Que atividades de seu projeto (ou de sua atuação) você considera possíveis de avaliar com uso de indicadores?
5) Quais indicadores poderiam ser usados para medir o sucesso de seu trabalho?
6) Quais dos atores abaixo são influenciados pelo seu trabalho? Coloque "D" para os atores que são influenciados diretamente, e "I" para os que são influenciados indiretamente:
( ) Comunidades do Rio Cuieiras, RDS do Tupé
( ) Associação de Artesanato de Nova Esperança
( ) Sindicato de Guias de Turismo de Manaus
( ) AOBT (Associação dos Operadores de Barco do Amazonas)
( ) ABAV (Associação Brasileira de Agências de Viagens)
( ) ABETA (Associação Brasileira da Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura)
( ) Associação de Hoteis de Selva
( ) ATUNA (Associação de Turismo de Novo Airão)
( ) Associação de canoeiros de Novo Airão
( ) Associação de Canoeiros de Manaus
( ) Amazonastur
( ) Manauscult
( ) SDS (Secretária de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável)
( ) ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade)
( ) SEMMAS (Secretária Municipal do Meio Ambiente)
( ) Prefeitura de Novo Airão
( ) Prefeitura de Iranduba
( ) Prefeitura de Manaus
( ) Fundação Almerinda Malaquias
( ) Associação amigos do peixe-boi (AMPA)
( ) INPA
( ) INCRA
( ) Nenhum dos anteriores

7) Além dos atores citados na questão acima, existem outros atores que sofrem influência do seu trabalho?
8) Quais outras organizações atuam paralelamente à sua atuação na região do Baixo Rio Negro?

Apêndice 2
Roteiros utilizados para as entrevistas.

GESTORES

Diálogo semiestruturado

Se o gestor conhece o IPÊ;
Se a UC é parceira do IPÊ;
Se o gestor conhece o projeto de ordenamento do turismo do IPÊ na região;
Se existe zoneamento na UC;
Quais são os pontos mais visitados pelo *trade;*
Se existe alguma área que costumava ser visitada, mas deixou de ser após o processo de ordenamento.

Diagrama de Venn

Como é o relacionamento com o *trade* atualmente e como era há 10 anos. Como gostaria que fosse no futuro;
Como é o relacionamento com as comunidades atualmente e como era há 10 anos. Como gostaria que fosse no futuro;
Como você enxerga a visitação na UC? Positiva ou negativa?
Você acha que o turismo pode proporcionar desenvolvimento para a região?

***TRADE* TURÍSTICO**

Diálogo semiestruturado

Se a empresa/entrevistado conhece o IPÊ;
Se a empresa/entrevistado conhece o projeto de ordenamento do turismo do IPÊ na região;
Qual é o foco das atividades turísticas da empresa (barco, hotel de selva, etc.)
Quais são os pontos de visitação oferecidos pela empresa;
Se houve mudança nos pontos visitados nos últimos 10 anos e por quê;
Se existe alguma área que costumava ser visitada, mas deixou de ser e por que isto ocorreu;
Se existe algum ponto que a empresa gostaria de visitar/oferecer para seus clientes, mas existe algum impedimento atualmente;
Se conhece o zoneamento das UCs que a empresa visita.

Diagrama de Venn

Como é o relacionamento com o os gestores atualmente e como era há 10 anos. Como gostaria que fosse no futuro;
Como é o relacionamento com as comunidades atualmente e como era há 10 anos. Como gostaria que fosse no futuro;
Tem algum contato com as empresas de turismo do governo (Amazonastur, Manauscult);
Ações para evitar a degradação ambiental;
Dificuldades para desenvolver turismo atualmente.

COMUNIDADES

Diálogo semiestruturado

Se o comunitário conhece o IPÊ;
Se a comunidade é parceira do IPÊ;
Se o comunitário conhece o projeto de ordenamento do turismo do IPÊ na região;
Se a comunidade trabalha com turismo;
Se o comunitário trabalha com turismo;
Atrativos para turismo na comunidade;
Quem traz os turistas na comunidade;
Se houve mudança na área de uso da comunidade nos últimos 10 anos.

Diagrama de Venn

O que o comunitário acha da presença da UC;
Como é o relacionamento com o os gestores atualmente e como era há 10 anos. Como gostaria que fosse no futuro;
Como é o relacionamento com o *trade* atualmente e como era há 10 anos. Como gostaria que fosse no futuro;
Tem algum contato com as empresas de turismo do governo (Amazonastur, Manauscult).